



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO

Nº 2269

PROCESSO CETESB

Nº 100/2012

A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal 6938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto Federal 99.274, de 06 de junho de 1990, Lei Estadual 13.542, de 08 de maio de 2009, e demais normas pertinentes, emite a presente **Licença Ambiental de Instalação**, com base no Parecer Técnico nº 079/14/IE e na Licença Ambiental Prévia Retificatória nº 2233, de 10/12/2013, para:

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

RAZÃO SOCIAL: CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

CNPJ: 10.647.979/0001-48

LOGRADOURO: AV. RODOVIA DOM PEDRO I, km 110+400, S/Nº

BAIRRO: SÍTIO DA MOENDA

CEP: 13252-800

MUNICÍPIO: ITATIBA

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

NOME: PROLONGAMENTO DA RODOVIA JOSÉ ROBERTO MAGALHÃES TEIXEIRA (SP-083) – SEGMENTO ENTRE AS RODOVIAS ANHANGUERA E BANDEIRANTES

LOGRADOURO: RODOVIA JOSÉ ROBERTO MAGALHÃES TEIXEIRA (SP-083)

MUNICÍPIOS: VALINHOS E CAMPINAS

CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

DESCRIÇÃO: IMPLANTAÇÃO DO LOTE 03 DAS OBRAS DE PROLONGAMENTO DA RODOVIA JOSÉ ROBERTO MAGALHÃES TEIXEIRA – SP-083, COM 6 OBRAS DE ARTE ESPECIAIS E EXTENSÃO DE 4,4 KM, ENTRE OS KM 12+920 E 17+320.

OBSERVAÇÕES

- O empreendedor deverá comunicar à CETESB o início das obras.
- A presente Licença Ambiental de Instalação deverá permanecer no local do empreendimento.
- Previamente à operação do empreendimento deverá ser obtida a Licença Ambiental de Operação, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação em vigor.
- A Licença Ambiental de Operação somente será concedida após o cumprimento das exigências relacionadas neste documento.
- A presente Licença Ambiental de Instalação não dispensa nem substitui quaisquer alvarás, licenças, autorizações ou certidões de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal, bem como não significa reconhecimento de qualquer direito de propriedade.
- Integra a presente Licença 01 anexo.
- O prazo de validade desta Licença Ambiental de Instalação é de 06 anos, a contar da data de sua emissão.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

Data: 28/02/14

ANA CRISTINA PASINI DA COSTA (Diretora de Avaliação de Impacto Ambiental)

SELO
DE
AUTENTICIDADE
CETESB COMPANHIA
AMBIENTAL DO
ESTADO DE
SÃO PAULO
216330



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

ANEXO

Folha 1/3

PROCESSO CETESB

Nº 100/2012

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO Nº 2269

Para a continuidade do licenciamento ambiental, o empreendedor deverá solicitar a Licença de Operação – LO e atender às seguintes exigências:

Durante a implantação do empreendimento

1. Apresentar, no âmbito dos relatórios de acompanhamento do PCA, a identificação das áreas utilizadas como Áreas de Empréstimo e DME provisórios.
2. Apresentar relatório conclusivo dos Programas de Controle Ambiental das Obras – PCA, de Monitoramento, de Educação Ambiental e Subprogramas, ilustrado com fotos datadas, com o balanço das atividades realizadas e a avaliação da efetividade das medidas adotadas. Deverá também ser comprovada a completa recuperação dos processos erosivos e de todas as áreas afetadas pelo empreendimento, incluindo os canteiros de obras e demais áreas de apoio, assim como a adequada destinação dos resíduos e efluentes gerados durante as obras.
3. Apresentar, no prazo máximo de 60 dias da emissão da LI, relatório fotográfico datado comprovando a implantação dos sistemas de drenagem provisória nas frentes de obras, especialmente junto dos corpos d'água e/ou talvegues. Contemplar medidas de proteção do solo, medidas de disciplinamento e dissipação de energia das águas e dispositivos estruturais de contenção de sedimentos, conforme previsto no Programa de Controle Ambiental de Obras – PCA. Deverão constar também os registros fotográficos de todos os pontos críticos antes do início das obras e durante as intervenções previstas, com especial atenção ao Rio Capivari e seus afluentes.
4. Incluir nos relatórios semestrais de acompanhamento do Subprograma de Monitoramento de Água, os resultados da 1ª campanha nos Afluentes I, II e IV do Rio Capivari, a ser realizada antes do início das obras.
5. Apresentar, no âmbito dos relatórios de acompanhamento do PCA, a identificação e as licenças ambientais de todos os fornecedores de materiais e produtos necessários à obra.
6. Apresentar, no prazo de 90 dias da emissão da LI, a atualização do PAE/PGR da Fase de Obras, considerando as diretrizes descritas no Parecer Técnico 48/13/CEEQ.
7. Incluir no Subprograma de Intervenção em APPs e Supressão de Vegetação Nativa a adoção de medidas mitigadoras adicionais, tal como a instalação de paliçada para proteção dos remanescentes florestais que ficarão contíguos às áreas de obras.
8. Comprovar, no âmbito dos relatórios semestrais de acompanhamento dos Programas de Controle Ambiental das Obras – PCA, a conservação dos acessos às propriedades no entorno do empreendimento.
9. Apresentar, antes das intervenções nas áreas a serem desapropriadas para a implantação do Lote 3, as imissões na posse e/ou os acordos amigáveis firmados com os proprietários. Apresentar ainda as ações de reassentamento implementadas, antes de qualquer intervenção nas áreas ocupadas.
10. Apresentar, no âmbito dos relatórios semestrais dos Programas de Controle Ambiental das Obras – PCA e de seus Subprogramas, as autorizações ou anuências necessárias junto às concessionárias/órgãos responsáveis pelas infraestruturas que sofrerão interferência do empreendimento.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

ANEXO

Folha 2/3

PROCESSO CETESB

Nº 100/2012

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO Nº 2269

11. Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento do Programa de Comunicação Social, comprovando as atividades desenvolvidas no período, os resultados obtidos, avaliação de desempenho do programa, a equipe técnica responsável, o cronograma de atividades para o próximo período, e os registros fotográficos datados.

12. Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento dos Programas de Controle Ambiental das Obras – PCA, de Monitoramento e de Educação Ambiental e respectivos Subprogramas, comprovando por meio de registros fotográficos datados, a implementação de todas as medidas mitigadoras previstas. Deverão ser apresentados os mecanismos de gestão adotados, as não conformidades verificadas em campo, as respectivas ações corretivas adotadas e a equipe técnica responsável. Apresentar, para os programas de monitoramento, os resultados obtidos em planilhas eletrônicas editáveis (extensão xls, ou compatível); e, a localização do empreendimento, de pontos amostrais e das áreas estudadas em arquivos raster (extensão GeoTIFF ou compatível) e vetorial (extensão shp. ou compatível), em UTM, Datum SIRGAS 2000.

13. Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento do Programa de Mobilização e Desmobilização da Mão de Obra, informando sobre o contingente de trabalhadores contratados e desmobilizados no período, as capacitações realizadas, além de comprovar a priorização e contratação de trabalhadores locais.

14. Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento do Programa de Desapropriação e Relocação da População e Negócios, contendo retrógráfico atualizado demonstrando o andamento das ações de desapropriação por propriedade, informações sobre o acompanhamento dos problemas vivenciados pelos proprietários e não proprietários atingidos pela desapropriação e relocação (informando o grau de adaptação à nova situação e nível de satisfação), avaliação de desempenho do programa, as não conformidades identificadas (principais problemas a serem solucionados), as respectivas medidas corretivas adotadas, equipe técnica responsável, o cronograma de atividades para o próximo período, e os registros fotográficos.

Por ocasião da solicitação da Licença Ambiental de Operação – LO

15. Apresentar situação de atendimento ao Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental – TCRA nº 20.428/2014 firmado com a CETESB, informando em relatório a descrição das ações realizadas; o mapeamento e georeferenciamento das áreas de plantio; os resultados obtidos e avaliação; e o cronograma de atividades.

16. Apresentar o detalhamento do Subprograma de Monitoramento de Fauna, no âmbito do Programa de Gestão Ambiental da Operação do Empreendimento, incluindo as campanhas de monitoramento para eventuais atropelamentos de animais; formas de registros das ocorrências, periodicidade das amostragens; equipe técnica responsável, etc. Incluir no Subprograma a realização de duas campanhas para monitoramento da avifauna e mastofauna.

17. Apresentar, no âmbito do Programa de Educação Ambiental, medidas e ações visando a conscientização quanto ao risco do abandono de animais domésticos nas áreas lindeiras, por meio de campanhas periódicas e palestras, que alerte a população do entorno tanto sobre os aspectos de proteção aos animais como de prevenção de acidentes nas estradas.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

ANEXO

Folha 3/3

PROCESSO CETESB

Nº 100/2012

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO Nº 2269

18. Apresentar, após a apuração final do custo do empreendimento objeto do presente licenciamento, o relatório contábil, comprovando o montante efetivamente despendido na implantação do empreendimento, visando à realização de ajustes no valor destinado à compensação ambiental, cujo pagamento, se houver, é condicionante para a emissão da Licença de Operação.

19. Apresentar para análise a aprovação, o relatório final comprovando a realização do Programa de Desapropriação e Relocação da População e Negócios, contemplando no mínimo, as ações realizadas na implantação do empreendimento; as negociações amigáveis firmadas ou imissões provisórias na posse emitidas e representadas em planta (escala 1:5.000) com as delimitações das propriedades e a situação legal de cada propriedade; a avaliação dos resultados obtidos e as atividades a serem realizadas no período de operação, como o monitoramento e o acompanhamento do reassentamento, não inferior a 12 meses após a conclusão da relocação da população afetada; a comprovação da relocação dos equipamentos afetados pelo empreendimento; entre outros.

20. Apresentar manifestação do Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional – IPHAN, referente ao Ofício nº 0471/2013 GAB/IPHAN/SP;

21. Apresentar relatório final do Programa de Comunicação Social com o balanço das atividades desenvolvidas durante as obras, eventuais não conformidades e respectivas medidas corretivas adotadas, a avaliação da efetividade do Programa e a equipe técnica responsável.

22. Apresentar relatório conclusivo dos Programas de Controle Ambiental das Obras – PCA, de Monitoramento e de Educação Ambiental e dos Subprogramas, ilustrado com fotos datadas, com o balanço das atividades realizadas e a avaliação da efetividade das medidas adotadas. Deverá também ser comprovada a completa recuperação dos processos erosivos e de todas as áreas afetadas pelo empreendimento, incluindo os canteiros de obras e demais áreas de apoio, assim como a adequada destinação dos resíduos e efluentes gerados durante as obras.

23. Apresentar o detalhamento do Programa de Gestão Ambiental da Operação do Empreendimento, contemplando ações relativas à manutenção do plantio compensatório; gerenciamento de passivos ambientais; registros de acidentes com produtos perigosos, de incêndios gerados na faixa de domínio; ações de comunicação social e do gerenciamento de resíduos; ações de combate ao abandono de animais domésticos nas estradas ou áreas lindeiras.

24. Apresentar relatório final do Programa de Mobilização e Desmobilização de Mão-de-Obra indicando, no mínimo, as atividades desenvolvidas, o balanço dos empregos diretos e indiretos gerados, avaliação da implementação do Programa e a equipe técnica responsável.

25. Apresentar para análise a aprovação, o relatório final comprovando a realização do Programa de Desapropriação e Relocação da População e Negócios, contemplando no mínimo, as ações realizadas na implantação do empreendimento; as negociações amigáveis firmadas ou imissões provisórias na posse emitidas e representadas em planta (escala 1:5.000) com as delimitações das propriedades e a situação legal de cada propriedade; a avaliação dos resultados obtidos e as atividades a serem realizadas no período de operação, como o monitoramento e o acompanhamento do reassentamento, não inferior a 12 meses após a conclusão da relocação da população afetada; a comprovação da relocação dos equipamentos



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

ANEXO

Folha 4/3

PROCESSO CETESB

Nº 100/2012

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO Nº 2269

afetados pelo empreendimento; entre outros.

26. *Incluir, no âmbito do Programa de Gestão Ambiental da Operação, o detalhamento das medidas operacionais de conscientização, prevenção e planos de emergência para combate a incêndios nos remanescentes florestais.*

Por ocasião da renovação da LO

27. *Apresentar relatório consolidado sobre os plantios compensatórios realizados no âmbito do Programa de Plantio e Enriquecimento Florestal, para atendimento do Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental - TCRA nº 20.428/2014.*

Durante a operação do empreendimento

28. *Apresentar relatórios anuais de acompanhamento do Programa de Gestão Ambiental da Operação do Empreendimento, contemplando o monitoramento das seguintes variáveis: situação das estruturas de drenagem superficial; a suficiência hidráulica dos bueiros; situação dos dispositivos de retenção/contenção de líquidos, consolidação do plantio compensatório; gerenciamento de passivos ambientais; histórico de acidentes de produtos perigosos; histórico de faixas de incêndio gerados na faixa de domínio.*

29. *Apresentar, no âmbito dos relatórios anuais do Subprograma de Monitoramento da Fauna do Programa de Gestão Ambiental da Operação do Empreendimento, os dados e resultados obtidos nas campanhas previstas (monitoramento das passagens de fauna, da ocorrência de atropelamento e da presença de animais na rodovia), contemplando: listagem com as ocorrências, localização e identificação das espécies (silvestres e domésticas); destinação dos animais atropelados; registros fotográficos datados; interpretação e análise técnica dos resultados por profissional habilitado; e, caso, indicação dos pontos críticos e de propostas adicionais de mitigação. Apresentar no primeiro relatório, os resultados obtidos e a análise das duas campanhas de monitoramento da avifauna e mastofauna.*

30. *Apresentar, no âmbito do primeiro relatório anual de acompanhamento do Programa de Gestão Ambiental da Operação, os resultados da 2ª campanha de medição de níveis de ruído, em conformidade com o "Procedimento para Medição de Níveis de Ruído em Sistemas Lineares de Transportes" (Decisão de Diretoria CETESB nº 100/2009/P de 19/05/09) e com a "Regulamentação de Níveis de Ruído em Sistemas Lineares de Transportes" (Decisão de Diretoria CETESB nº 389/2010/P de 24/12/10).*

XX